
O Jornalismo e os debates emergentes na contemporaneidade: as questões de gênero e sexualidade¹

Iara Regina Rocha²
Luiza Felipe Pereira³
Samuel Pantoja Lima⁴

Resumo

Este ensaio tem como objetivo debater as questões de gênero e sexualidade dentro das práticas jornalísticas, executadas a partir de pautas críticas, em sua maioria feitas por mídias ditas independentes. Em análise, estudamos a objetividade da jornalista Schirlei Alves dentro de suas reportagens, principalmente a forma como ela disserta usando práticas feministas em sua dissertação jornalística. Analisamos também o podcast “Caso K – A história oculta do fundador da Casas Bahia”, que é mais um exemplo dentro das práticas de jornalismo de gênero e sexualidade executadas de maneira crítica, a partir da subjetividade jornalística.

Palavra-chave: gênero; sexualidade; jornalismo; feminismo; subjetividade.

O jornalismo, como indústria da informação, tem suas raízes em meados do século XIX, sob o impacto da Revolução Francesa que forjava o embrião da sociedade democrática liberal. Foi durante esse período que se classificou o desenvolvimento do primeiro *mass media*, a imprensa (Traquina, 2005. p. 34). Desde então, o jornalismo vem passando por múltiplas mudanças nas suas modalidades, técnicas e fundamentos teóricos. Entre os inúmeros temas que ganham espaço na mídia no século XXI estão as questões de gênero e sexualidade, que se destacam como pautas relevantes e desafiadoras para os jornalistas. O jornalismo desempenha um papel crucial na mediação das discussões vigentes, tanto como amplificador de vozes quanto como agente de mudanças. Por isso, os temas e questões que estão nos materiais jornalísticos são um reflexo das transformações sociais e culturais, como as pautas de gênero e sexualidade, que estão alocadas no jornalismo por que fazem parte do cotidiano e das discussões da comunidade.

A questão de partida deste *paper* está centrada em desafios contemporâneos à cobertura jornalística como é o caso das questões de gênero, que remontam às desigualdades históricas e desembocam nos desafios atuais de sexualidade, raça e origem

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 5º Semestre, do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e-mail: rochaiaregina@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, 5º Semestre, do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, e-mail: luizafepe23@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e-mail: samuca13@gmail.com.

social. O problema de pesquisa, portanto, é: como o jornalismo cobre os temas ligados às questões de gênero?

Do ponto de vista metodológico, partimos de uma revisão de literatura que avaliamos adequada ao debate proposto, e complementamos com uma entrevista em profundidade e uma análise de produção jornalística que teve repercussão nacional: o podcast “Caso K – A história oculta do fundador da Casas Bahia”, produzido e veiculado pela Agência Pública. Em última análise, os procedimentos metodológicos mobilizados buscaram assegurar uma visão ampla do tema proposto, bem como o adequado olhar crítico do problema enunciado.

Nesta perspectiva, Silva (2017) resgata as concepções de gênero definidas por Joan Scott em 1990, que define gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 1990, p. 14). Por causa da diferença de sexos, o gênero é interpretado na sociedade como uma diferença de desempenho, posicionando mulheres e pessoas de gêneros diversos em situações de desvantagem estrutural, e assim, em desigualdades.

No contexto de uma sociedade capitalista, hoje marcada pelo chamado “capitalismo de plataformas” - cujo símbolo maior são as chamadas “big techs”, um oligopólio econômico digital liderado por empresas como Alphabet (Google), Amazon, Apple, Meta (Facebook) e Microsoft - , aqueles que mais possuem valor são os que apresentam melhor desempenho para o lucro financeiro. Com mais lucro, mais poder detém os donos do capital. Por isso, ao entender gênero e as diferenças que compõem suas diversas performances como fator de poder no contexto capitalista, os valores da cultura ocidentais irão ditar quais performances de gênero estão certas e quais estão erradas. Como indústria inserida nesse macro contexto econômico e político, a mídia reflete as questões de fundo que envolvem o capitalismo de plataformas, neste final de primeiro quarto do século XXI.

Butler (1990) descreve que as regras binárias que definem o certo e o errado na expressão de gênero formam a chamada ‘heterossexualidade compulsória’, a pressão social de seguir os padrões hétero-cis, que é estabelecida como norma nos povos ocidentais. Essa regulação de gênero pode ser traduzida na hierarquização dos indivíduos na sociedade de acordo com as suas práticas sexuais (Rubin, 1993) e resultar, novamente, em desigualdades. Ainda de acordo com a visão de Butler (1990), a construção de uma

identidade comum para fins emancipatórios só pode se efetivar a partir de exclusões, a exemplo a identidade das mulheres. São nesses “domínios de exclusão que revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção” (Butler, 1990, p. 23).

Segundo Gustafson, ‘se o sexo era entendido como o fator biológico a partir de qual a construção social operava, Butler considera que a produção do sexo como pré-discursivo é um dos efeitos do aparato de construção social do gênero’ (Gustafson, 2018, p. 43). Essa visão estabelecida de gênero e de performance é concretizada e perpetuada na sociedade pela cultura. As formas de perceber os colegas, as performances de gênero estabelecidas, as desigualdades normalizadas, os estigmas perpetuados, o preconceito velado. São maneiras e percepções moldadas e, ainda, reforçadas pela cultura social.

A nossa herança cultural, que foi desenvolvida através de inúmeras gerações, nos condiciona a reagir depreciativamente em relação a comportamentos daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria. Enfim, a cultura, como a conhecemos, influencia fortemente na construção dos gêneros masculino e feminino, além de construir um grande pilar dentro da mídia. De certa forma, determinando o que é ou não aceito pelo o público que a consome. No centro do processo produtivo da mídia, lugar onde os fatos se transformam em notícias, estão os jornalistas, carregados de seus valores culturais, profissionais e subjetivos, que também moldam um dos caminhos que a cultura se manifesta (Silva, 2014, p.11).

Segundo a autora, os valores socioculturais predominantes na sociedade estão infiltrados na produção das notícias, o que mostra como os jornalistas são um dos elos desta conexão entre mídia e cultura, num processo que se retroalimenta e que também está em permanente movimento (Silva, 2014, p.198). A cultura e a mídia são dois campos que se retroalimentam e se movimentam em um mesmo ambiente co-dependente, visto que a cultura é formada, discutida e mantida pelo papel do jornalismo, a par que a comunicação também depende da cultura para continuar e evoluir, em síntese.

As notícias produzidas a partir da singularidade e subjetividade do repórter são essenciais na reprodução da cultura social, porque cultivam aquilo que está no âmago, nas relações sociais e nas concepções do próprio jornalista. Por isso, aquilo que é entendido como gênero, heterossexualidade compulsória e performance pela sociedade normas sociais veladas é repassado igualmente nos materiais jornalísticos. “Levando em conta a cultura como *locus* fundante das desigualdades sociais, e central na constituição da subjetividade, os atributos e significados imiscuídos nos discursos noticiosos revelam-se

profícuos para a compreensão das relações de poder, produção de saberes e constituição dos sujeitos, sobretudo em uma sociedade desigual como a brasileira” (Silva, 2014, p. 11).

A forma como a pauta de gênero é construída e executada pelo repórter está intrinsecamente ligada à sua subjetividade, construída pela cultura. Para a jornalista Fabiana Moraes, há a premissa de que todo repórter deve ser imparcial, como uma qualidade aclamada do repórter. Mas, o dito ‘poder’ da imparcialidade falha quando se percebe que o jornalista não consegue evitar que sua cultura e subjetividade respinguem na notícia. Moraes (2022) exemplifica que o dever com a objetividade, alicerçada à imparcialidade do jornalista, serve apenas para aliviar o repórter de que está sendo justo e ponderado, enquanto continua a perpetuar preconceitos e ideais enraizados na cultura e, por consequência, no jornalismo enquanto prática e conhecimento social.

Ao descrever sua rotina como jornalista no Jornal do Commercio, uma mídia tradicional, Moraes (2022) descreve: “Tecnicamente, minha função era apenas reportar “o outro” de maneira neutra. Depois, bater ponto e ir para casa cobertura pelo manto protetor da imparcialidade. O que me escapava, porém, é que a objetividade jornalística tem, por exemplo, raça, classe, território e gênero” (Moraes, 2022, p. 59). Esse processo de blindagem faz com que o repórter negue a responsabilidade de suas escolhas, como fruto de um recorte histórico-social, o que leva a ignorar também seus valores subjetivos.

O que se critica é o tipo de objetividade que permeia esses procedimentos, a objetividade que os entende [os repórteres] como superiores e puros, como métodos “limpos”. A objetividade calcada em um modelo de racionalidade binária que dispensa a complexidade cotidiana e silencia milhões. Nela, aprendemos a ver e ler o mundo talhados na lógica da mentira/verdade; ficção/realidade; fato/invenção; emoção/razão. Tem relação com a própria recusa da reflexividade e um anseio, sempre, por respostas simplistas, que se afastam da função de uma mediação qualificada necessária a esta área de conhecimento. Sim, ela deve traduzir e explicar para uma população várias vezes maior e mais heterogênea aquilo que está reservado ou acessível para poucos, mas confundir essa tradução com, por exemplo, a *manutenção de estereótipos e a reprodução da violência*, é apequenar a própria profissão [...]. (Moraes, 2022, p. 97, *grifo nosso*)

Para Cabral (2016), “é assustador detectar que somente seis conglomerados nacionais e cinco grupos regionais midiáticos, através de parcerias com grupos locais, atingem quase 100% do território brasileiro”, compostas pelas mídias tradicionais. A mídia brasileira, heterogênea, liberal e controlada pelos mesmos poucos empresários, mantém o *status quo* em detrimento ao direito à informação da população, sabendo que a

revelação é de interesse público. É perceptível como a atual configuração das mídias tradicionais está à serviço do lucro, do domínio religioso e da normatividade em detrimento da reflexão e pluralismo. A mídia independente, em perspectiva de rompimento com os valores seculares que regem o funcionamento da mídia tradicional, tem mais facilidade na publicação de pautas críticas envolvendo temáticas de gênero e sexualidade.

As pautas feministas, especialmente aquelas relacionadas às questões de gênero e sexualidade (foco central deste artigo), têm ganhado força na comunicação desde 2010. Dentro de publicações feministas, as denúncias e o combate ao assédio e à violência sexual foram — e continuam sendo — os temas mais recorrentes e relevantes, refletindo as necessidades urgentes e persistentes enfrentadas pelas mulheres na sociedade. Observando esses contextos, podemos notar os motivos da aproximação entre a mídia alternativa e o movimento feminista.

As pautas deste levante feminista são diversas, mas é possível destacar principalmente o combate ao assédio e a violência sexual, presentes em todos os espaços ocupados pelas mulheres, o direito ao corpo vinculado à descriminalização do aborto e o respeito às diferenças entre as mulheres, com a participação das mulheres trans e travestis no movimento, as potentes trocas com as mulheres indígenas e a valorização das demandas das mulheres negras, compreendendo a articulação sistemática e violenta entre o sexismo e o racismo (Gustafson, 2018, p. 94).

Exemplos práticos

A jornalista Schirlei Alves publicou em 2020 no Intercept Brasil a matéria que denunciava o caso da influenciadora digital Mari Ferrer, vítima de estupro pelo empresário André de Camargo Aranha, após ser dopada em um clube de luxo em Florianópolis. Após a grande repercussão da reportagem na mídia, Schirlei foi condenada em um tribunal de Santa Catarina a um ano de prisão em regime aberto e R\$ 400 mil em indenizações. A ação foi movida pelo promotor Thiago Carriço e o juiz Rudson Marcos contra a jornalista por difamação a funcionário público, sentenciado pela juíza Andrea Cristina Rodrigues Studer, da 5ª Vara Criminal da Comarca de Florianópolis.

Em coluna publicada na Agência Pública por Marina Amaral, o advogado do Intercept, Rafael Fagundes, e que defende Schirlei no processo criminal, afirma que ‘o argumento central da juíza para condenar a jornalista de forma absurdamente desproporcional é uma expressão usada por esta: “estupro culposo”, uma figura de

linguagem que pretendia resumir as alegações da defesa e do promotor de que o empresário não sabia que o estupro era... um estupro. Por estar em sentido figurado, a expressão, que inexistia juridicamente, foi colocada entre aspas, levando a juíza a concluir que era uma falsa citação dos autos.

Schirlei Alves sempre trabalhou preocupada em como suas matérias iriam afetar as fontes, principalmente as pessoas em uma situação de vulnerabilidade maior, seja em decorrência de violência ou por que vive em uma situação de pobreza. Em algum momento, Schirlei começou a trabalhar com pautas relacionadas à gênero e relata que “ao conversar com as fontes, fui percebendo que precisava me debruçar e entender mais sobre o tema para poder trazer isso pra reportagem, para saber qual ângulo daria pra matéria, qual a linguagem que usaria, quais seriam as fontes necessárias”.

Schirlei começou a fazer capacitações e cursos na área de direitos humanos, de gênero, de raça, de direitos reprodutivos e de violência de gênero. “Foi um caminho que foi acontecendo naturalmente. [...] Fui me inteirando desses conteúdos e me capacitando também para que eu pudesse fazer uma cobertura mais qualificada.”. Ela afirma que, na época, existiam pouca cobertura sobre casos de violência de gênero, em que a maioria retratava apenas violência doméstica e ainda levava o termo ‘crime passionai’.

Atualmente, Schirlei trabalha como jornalista independente e busca vagas em pautas, projetos e editais na área de comunicação. Nem sempre Schirlei consegue escolher a pauta com que vai trabalhar, mas deixa claro que em todos os trabalhos busca trazer um olhar crítico à questão de gênero.

Toda vez que eu pego uma pauta, que eu recebo uma pauta ou me inscrevo em um edital, eu acho que é possível dar uma perspectiva de gênero e raça. [...] Sempre no ponto de partida da minha pauta eu vou procurar olhar com essa perspectiva de raça, de gênero, de direitos humanos. Quem são as pessoas atingidas nesse problema que eu to querendo trabalhar? A partir desses dados eu consigo fazer um recorte de gênero, de raça? [...] Nem sempre a pauta, os dados que eu tenho disponíveis vão permitir que eu faça essa abordagem, mas eu preciso pelo menos ver qual é a viabilidade disso (Alves, 2024, S/A).

Sobre o valor da imparcialidade, Schirlei afirma que ‘sempre dará foco para a parte mais fraca da corda’, mas que nunca deixará de fazer seu dever de ouvir todas as pessoas envolvidas, para que deem suas versões. Em casos de violência de gênero, por exemplo, Schirlei diz que não cede o mesmo espaço para a vítima e para o acusado, e que aprendeu que é necessário sempre levar o contexto da pauta em conta.

Quando eu comecei a fazer cobertura desse assunto, não se falava muito em violência de gênero, falava mais em violência doméstica e intrafamiliar. Mas as fontes que trabalhavam com esse tema já traziam pra mim essa discussão que acontecia nacionalmente sobre o contexto estrutural da violência doméstica e da violência de gênero. Um caso de feminicídio, por exemplo, as mulheres morrem num contexto estrutural, de uma violência que passa de geração pra geração, que tem todo um contexto social-histórico e que isso precisa ser levado em consideração, assim como foi pra ser criada a lei de feminicídio” (Alves, 2024, S/A).

A fala de Schirlei Alves também evidencia o poder da cultura que permite a continuação da violência, mesmo depois do passar de gerações. Evidenciar essa estrutura violenta em pautas jornalísticas faz parte do processo ao decidir por pautas críticas em gênero. Ainda sobre a imparcialidade, a jornalista defende que é impossível que a subjetividade e os valores pessoais do repórter não respinguem em um produto jornalístico.

O jornalismo não é uma ciência exata. É inevitável que as suas percepções pessoais e as emoções que tu vai despertar no momento que tu tá fazendo uma entrevista não vão influenciar no seu trabalho, na sua escrita. Eu acho que quando eu me emociono com uma história, eu quero que o meu leitor também se emocione tanto quanto eu me emocionei. Eu quero transmitir essa emoção pra quem tá lendo meu texto. Não quero que seja uma reportagem fria, só com números, ou com uma informação seca, por que isso muitas vezes nem desperta a curiosidade da pessoa de ler. *Eu acho que quando a gente humaniza, quando a gente traz essa emoção, a gente desperta mais a reflexão no outro* (Alves, 2024, S/A; grifos nossos).

Antes da condenação da jornalista, o Intercept publicou uma reportagem com a gravação da audiência de instrução, na qual Mariana Ferrer foi humilhada e constrangida múltiplas vezes pelo advogado de defesa do acusado, Cláudio Gastão da Rosa Filho. Na publicação, Mari implora pela ajuda do juiz. “Excelentíssimo, eu estou implorando por respeito, nem os acusados, nem os assassinos são tratados do jeito que estou sendo tratada, pelo amor de Deus, gente. O que é isso?”, diz. Segundo a jornalista Cecília Olliveira, em sua reportagem sobre o caso de Schirlei, “cabia ao juiz interromper o advogado, suspender a audiência, se fosse o caso, e advertir o advogado de que ele não podia fazer aquilo. Mas nada disso aconteceu. Uma audiência que durou, salvo engano, cinco horas, o advogado foi o absoluto dono do ambiente. Isso é reconhecido pelo próprio tribunal” (Olliveira, 2023, Intercept Brasil).

Na mesma linha de raciocínio de que o jornalista desperta a reflexão na sociedade, o caso Mariana Ferrer, como parte da repercussão da matéria, ‘levantou uma discussão nacional muito importante e que acendeu um alerta sobre o que é consentimento’, nas palavras de Schirlei Alves.

[A reportagem] também despertou um segundo alerta sobre como os operadores do direito tratam esse tipo de situação no Judiciário. Eu vi muitas discussões sobre isso também de pessoas do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública abordando em conferências, em eventos, sobre como esse tratamento é dado pra vítima e o quanto é necessária a formação com perspectiva de gênero dentro do judiciário, dentro dos cursos de direito, para que os profissionais tenham mais sensibilidade e não tratem a vítima como algoz, porque a vítima acaba sendo culpabilizada e revitimizada mesmo no sistema de justiça. Teve a Lei Mariana Ferrer, depois teve esse protocolo de gênero do Conselho Nacional de Justiça, inclusive teve um evento agora essa semana que passou na Assembleia Legislativa de Santa Catarina falando sobre esse protocolo do gênero do Conselho Nacional de Justiça, aperfeiçoando esse protocolo e outras decisões do STF também para tentar impedir que as vítimas sejam humilhadas e revitimizadas na pelos operadores do direito, e isso impacta no jornalismo também, porque *o jornalismo é um reflexo da sociedade e das discussões que estão acontecendo naquele momento* (Alves, 2024, S/A, grifo nosso).

O relato da jornalista e pesquisadora Schirlei Alves deixa claro para nós que é por meio de uma pauta crítica de gênero que uma reflexão sobre as estruturas de gênero será efetivamente realizada na sociedade, como é o propósito do jornalista na profissão. Não só as relações são repensadas, mas alteradas em termos jurídicos, como a Lei Mariana Ferrer. O jornalista cumpre com seu dever social de informar a sociedade, colaborar positivamente com as estruturas sociais e contornar a cultura desigual de gênero.

O podcast “Caso K – A história oculta do fundador da Casas Bahia” teve seu primeiro episódio publicado em 5 de novembro de 2024. A reportagem desbanca mais de 20 anos de esquemas de aliciamento e exploração sexual de crianças e adolescentes praticadas por Samuel Klein, empresário e fundador da Casas Bahia, falecido em 2014. O material é adaptado de uma reportagem em texto publicada em abril de 2021 pela Agência Pública, veículo jornalístico independente do Brasil. De acordo com a descrição do podcast, ‘ao longo de quatro episódios, a série detalha como a imprensa e a justiça foram determinantes para silenciar as acusações que pesam contra Klein’. Em 2021, quando a reportagem original foi publicada pela Agência Pública, o único grande veículo tradicional a publicar a reportagem foi o El País, jornal diário espanhol.

A principal motivação por trás da falta de repercussão do caso do empresário Samuel Klein em jornais tradicionais era o patrocínio financeiro da Casas Bahia nas grandes mídias brasileiras. Isso impossibilitou que repórteres sequer apurassem sobre o fato, enquanto funcionários das grandes empresas de comunicação. Essa modalidade empresarial e dependente do patrocinador-lucro mostra a inversão de compromissos do profissional de comunicação. O compromisso por grande parte das mídias tradicionais com o patrocinador (ou quem seja o financiador) da empresa está acima do compromisso intrínseco do jornalista com o direito fundamental do cidadão à informação e na defesa dos direitos humanos, como descrito no Capítulo 1 no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. (FENAJ, 2007).

A repórter Mariama Correia, editora e repórter da Agência Pública, explica no quarto episódio da série que ‘praticamente, desde a fundação da empresa [Casas Bahia], 3% do faturamento bruto ia para ações de marketing, publicidade e propaganda. Na primeira década dos anos 2000, a empresa já era a maior anunciante do país. [...] No caso da mídia impressa, os anúncios estampavam as páginas de 180 jornais e 33 títulos de revistas’ (Caso K, 2024, S/N). A mídia brasileira, heterogênea, liberal e controlada pelos mesmos poucos empresários, foi omissa sobre o caso. O status quo é mantido em detrimento ao direito à informação da população, sabendo que a revelação é de interesse público.

O podcast Caso K é um exemplo de reportagem realizada a partir de uma pauta de gênero e sexualidade executada de maneira crítica, a partir da subjetividade e criticidade do jornalista. O objetivo deste artigo não é discorrer sobre o perfil dos jornalistas que levantam as pautas críticas de gênero e sexualidade nas mídias alternativas, mas fica posto que percebemos como a maioria dos repórteres são mulheres com posicionamentos feministas.

Levantamos a bandeira de que a perspectiva de gênero deve ser estudada, aprimorada e incluída em diversas pautas, ocasiões e assuntos pelos jornalistas – por que gênero está em tudo. Por mais que existam portais independentes e repórteres especializados e motivados para gênero, como Schirlei Alves, The Intercept Brasil ou a Agência Pública, idealmente todas as pautas deveriam ser revistas por uma lente de gênero e sexualidade. Materiais que discutem a divergência de gênero, no quesito cobertura ou no fazer jornalístico, são de grande importância para o nosso meio social. No entanto, a jornalista Schirlei Alves reforça que “precisamos levar em conta, sempre,

o contexto das pautas”. Buscar uma nova perspectiva dentro de um consenso e de valores dominantes, já que existem propostas alternativas no fazer o jornalismo de gênero. Assim como Adelmo Genro Filho (2012) destaca, há sempre uma abertura de sentido no processo de significação dos acontecimentos, o que indica possibilidades para a transformação social, tendo sempre no horizonte que o jornalismo na concepção de Genro Filho (2012) é uma forma social de conhecimento indispensável à vida democrática nas sociedades contemporâneas.

É a partir do entendimento de que existem outras maneiras de produzir o jornalismo de gênero e sexualidade que concluímos: a desconstrução diante do senso comum na produção jornalístico é uma pauta emergente, uma vez analisado que, dentro das mídias tradicionais talvez seja difícil, hoje, ter uma grande – e cuidadosa – cobertura diante desse tema. Ainda assim, o papel da mídia alternativa é extremamente importante, visto que esta ajuda a emplacar e incentivar pautas de gênero e sexualidade em mídias tradicionais. É fundamental a reflexão sobre novas possibilidades de se fazer jornalismo, rompendo com a visão tradicional que estabelece a mídia hegemônica e a cultura como o único modelo válido ou legítimo sobre gênero.

Referências

ALVES, S. [Entrevista concedida à] Iara Regina Rocha e Luiza Felipe Pereira. 17 nov. 2024.

CABRAL, E. D. **Mídia concentrada no Brasil: até quando?** Revista Alaic, v. 13, n. 27, 2013.

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), (2007). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <https://encurtador.com.br/x8U95>. [Acesso em: 17/06/2025].

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide** – Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GUSTAFSON, J. **Jornalismo feminista:** Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em junho de 2018. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0110-D.pdf>, acessada em dezembro de 2024.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate:** subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

OLLIVEIRA, C. **Repórter é condenada a 1 ano de prisão e R\$ 400 mil de multa por revelar o Caso Mari Ferrer.** (Intercept, 2023). Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/11/15/reporter-condenada-a-1-ano-de-prisao-e-r-400-mil-de-multa-por-revelar-o-caso-mari-ferrer/> . Acesso em 17 dez. 2024.

PINA, R. *et al.* **As acusações não reveladas de crimes sexuais de Samuel Klein, fundador da Casas Bahia.** (Agência Pública, 2021). Disponível em: <<https://apublica.org/2021/04/as-acusacoes-nao-reveladas-de-crimes-sexuais-de-samuel-klein-fundador-da-casas-bahia/>>. Acesso em 17 dez. 2024.

RUBIN, G. **Thinking Sex:** Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality, In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York: Routledge, 1993.

SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica** [p. 5–22]. *Revista Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1990.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo:** Modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2017.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.